

# Mudanças na Psicologia

O aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos foi um dos eixos do VI CNP, realizado em 2007. Uma de suas propostas é a mudança na Lei 5.766/71, que criou o CFP e os CRPs. Mas o que essas mudanças têm a ver com a prática dos psicólogos? Como a categoria pode se envolver e garantir seus direitos? São essas e outras questões que o Jornal do CRP-RJ tenta responder nesta edição - Páginas 3 a 9



Diretoria avalia 2008 e traça metas para 2009  
- Págs. 10 e 11

FSM: novos caminhos para a Psicologia  
- Págs. 14 e 15

Entrevista com GT de Relações Raciais  
- Págs. 18 e 19

CRP-RJ dá andamento a mudança de sede  
- Pág. 20

## Construção de práticas democráticas

Em 2008, o Sistema Conselhos de Psicologia deu novos passos na construção e implementação de formas democráticas de gestão de seus órgãos e de relação com a categoria profissional.

Isto se tornou possível com o avanço da discussão nacional de revisão da Lei 5.766, de 1971, que instituiu o Sistema. Pela Lei, os órgãos deste Sistema têm por finalidade “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da Psicologia, e zelar pela fiel observância dos princípios da Ética Profissional”.

Estas finalidades não devem mudar; o que deve ser feito é escoimar da Lei toda uma série de dispositivos centralizadores, antidemocráticos, ditatoriais, que refletem o espírito vigente naquele momento. Lembrando: a Lei é de 1971, um dos períodos mais obscuros, violentos e repressivos da ditadura militar brasileira (1964-1985). Sua revisão permitiria a incorporação de conquistas democráticas que foram sendo construídas, ao longo do tempo, pelo Sistema, nas práticas de gestão dos Conselhos e nas relações com a categoria.

Principalmente a partir da década de 1990, com a criação e organização dos Congressos Nacionais de Psicologia, realizados trienalmente, logo antes das eleições, e que determinam a agenda das gestões dos Conselhos durante os três anos seguintes; com o surgimento e sistematização das APAFs – Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças – que

se reúne ordinariamente duas vezes por ano (maio e dezembro), e onde têm assento, em pé de igualdade, representantes de todos os Conselhos Regionais e do Conselho Federal, e que toma as deliberações sobre as políticas e as atividades a serem realizadas, com base nas orientações dos Congressos; com a regulamentação do processo eleitoral de renovação dos Plenários dos Conselhos, de modo a torná-lo mais igualitário e democrático, permitindo que afluam e se manifestem as tendências políticas existentes entre os psicólogos brasileiros – lembrando que o Plenário do Conselho Federal de Psicologia também é resultado de consulta eleitoral.

Nunca é demais ressaltar a importância destas medidas: quando efetivadas, legalmente, elas permitirão à categoria cada vez mais ampla participação nas decisões que a afetam. Para que isso se torne realidade, é necessário que os (as) psicólogos (as) participem efetivamente das discussões e das decisões a seu alcance. O trabalho de construção de práticas democráticas, o que implica, portanto, que as decisões estejam nas mãos daqueles que vão sofrer seus efeitos, é demorado, quase sempre sinuoso, com recuos e mudanças de direção. Exige paciência, um contínuo processo de revisão; mas, acima, de tudo, exige participação consciente e organizada, e a implicação de todos para assumir a responsabilidade nos seus resultados.

## III Mostra de Práticas em Psicologia

O CRP-RJ realizará, em julho, a III Mostra de Práticas em Psicologia. As duas primeiras Mostras, organizadas em 2007 e 2008, contaram com grande participação de psicólogos e estudantes de Psicologia, que tiveram oportunidade de apresentar trabalhos e desenvolver oficinas. Preparem seus trabalhos para o maior encontro regional de Psicologia! Fique atento ao nosso site e aos próximos jornais para mais informações.

*O Jornal do CRP-RJ já utiliza as novas regras ortográficas da língua portuguesa.*

### Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280  
Tel/Fax: (21) 2139 5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br  
site: www.crprj.org.br

#### Diretoria Executiva:

José Novaes – presidente - CRP 05/980  
Eliana Olinda Alves - CRP 05/24612  
Marília Alvares Lessa – tesoureira - CRP 05/1773  
Maria da Conceição Nascimento – secretária - CRP 05/26929

#### Membros Efetivos:

Ana Carla Souza Silveira da Silva - CRP 05/18427  
Francisca de Assis Rocha Alves - CRP 05/18453  
Janaina Barros Fernandes - CRP 05/26927  
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767  
Lindomar Expedito Silva Darós - CRP 05/20112  
Lygia Santa Maria Ayres - CRP 05/1832  
Noeli Godoy - CRP 05/24995  
Pedro Paulo G. de Bicalho - CRP 05/26077  
Samira Younes Ibrahim - CRP 05/7923  
Wilma Fernandes Mascarenhas - CRP 05/27822  
Vivian de Almeida Fraga - CRP 05/30376

#### Membros Suplentes:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697  
Ana Lúcia de Lemos Furtado - CRP 05/0465  
Ana Maria Marques Santos - CRP 05/18966  
Elizabeth Pereira Paiva - CRP 05/4116  
Érika Piedade da Silva Santos - CRP 05/20319  
Márcia Ferreira Amêndola - CRP 05/24729  
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027  
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564  
Vanda Vasconcelos Moreira - CRP 05/6065

#### Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos  
José Novaes  
Marília Alvares Lessa  
Noeli Godoy

#### Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTB 15963/97/79

#### Projeto Gráfico

Octavio Rangel

#### Redação

Bárbara Skaba (jornalista)  
Felipe Simões (estagiário)

#### Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.  
(21) 2232-3866 / 3852-6820

#### Impressão

Editora EDIOURO

#### Tiragem / Periodicidade

30.000 exemplares / Bimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

### Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail [ascom@crprj.org.br](mailto:ascom@crprj.org.br)

# Mudanças na Psicologia

Em 5 de fevereiro de 2009, foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República uma minuta do Projeto de Lei para alteração da Lei 5.766, de 1971, que criou os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia e que foi regulamentada pelo Decreto 79.822/77. As alterações foram propostas pelo próprio Sistema Conselhos, que atualmente funciona de forma muito mais democrática do que a disposta nessa legislação.

As principais mudanças propostas pretendem inserir na Lei 5.766/71 alguns dispositivos que já existem na organização do Sistema Conselhos, entre eles a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) e o Congresso Nacional de Psicologia (CNP). O objetivo é garantir a continuidade do processo de democratização do Sistema Conselhos, implementado ao longo das últimas décadas.

De acordo com o Caderno de Deliberações do VI Congresso Nacional de Psicologia, “o trabalho sobre o aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos delimita uma esfera bem precisa de questões: o que o Sistema Conselhos pode atualizar, rever, desenvolver, delimitar na sua estrutura e forma de funcionamento, a fim de que seja cada vez mais adequado na efetivação de sua tarefa, como condição do coletivo de psicólogos para construir a sua profissão”.

Como exemplo dessa democratização, destaca-se a própria forma como foi elaborado o projeto de mudança: com participação da categoria. “Entendo que o convite ao psicólogo para participar da alteração da Lei já encerra por si só um chamado à participação democrática, cidadã, distanciando-se do caráter restrito da participação da categoria quando da criação do Sistema Conselhos”, esclarece a psicóloga Georgina Veras Motta (CRP 04/1868), conselheira do CRP-04 (Minas Gerais) e membro do Grupo de Trabalho criado para levar o projeto adiante.

O projeto de mudança leva em conta que não é possível continuar com uma legislação criada na época da ditadura militar (1964-1985), elaborada de forma autoritária e com dispositivos centralizadores, enquanto, na prática, o Sistema Conselhos de Psicologia já avançou signifi-

ficantemente no seu processo de democratização. “Infelizmente, uma lei tão necessária para nossa organização profissional foi gestada e promulgada num momento negro da história brasileira. Alterá-la agora nos dará um novo instrumento, assinado por um presidente eleito democraticamente pela nação brasileira”, afirma o psicólogo Wilson Soares Leite (CRP 04/520), mestre em Psicologia Social pela UFMG e professor da Universidade FUMEC.

## A Psicologia nos anos de chumbo

A regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil começou a dar seus primeiros passos



em 1962, quando foi promulgada a Lei 4.119. Nos nove anos que a separam da Lei 5.766/71, o Brasil viveu o Golpe de Estado de 1964, que deu início a mais de vinte anos de ditadura militar. Ou seja, os conselhos de Psicologia foram criados em um dos períodos mais antidemocráticos da história do país.

“No Brasil, de 1970 a 1974, vivemos o pior momento da ditadura militar – se é que podemos dizer que existe pior momento em uma ditadura. Em dezembro de 1968, há o AI-5, que chamamos de ‘golpe dentro do golpe’. É realmen-

te a ditadura sem disfarces, a implantação do terrorismo de Estado. Ou seja, o Estado brasileiro passa a usar a tortura como instrumento oficial de sua política”, destaca a psicóloga Cecília Maria Bouças Coimbra (CRP 05/1780), professora da Universidade Federal Fluminense e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

Os chamados “anos de chumbo” englobaram, segundo historiadores, o período em que mais se torturou e matou durante toda a República: o governo de Emílio Garrastazu Médici. “Em 1971, é o auge desse governo Médici, o auge do terrorismo de Estado, quando as perseguições se davam de uma forma totalmente naturalizada. Naquele momento, se instaura o que se chamou, num modelo importado dos EUA, de Doutrina de Segurança Nacional. Aquele que pudesse colocar em risco a segurança do regime – independentemente de pegar em armas ou não – era considerado inimigo interno. E ao inimigo interno valia tudo – matar, torturar e até sumir com os restos mortais”, acrescenta Cecília.

É nesse contexto de violação aos Direitos Humanos e autoritarismo que surgem os conselhos de Psicologia. E esse período influenciou diretamente a forma como a Lei 5.766 foi elaborada. “A elaboração da lei, assim como do decreto de regulamentação da profissão, esteve restrita à participação de um pequeno grupo de profissionais ligados às associações científicas”, afirma Georgina.

Além disso, esse contexto refletiu na redação na Lei e na forma como os conselhos foram implementados. “Os Conselhos Regionais receberam um papel de polícia com relação à prática dos psicólogos. Esse papel fiscalizador, da forma como foi instituído na Lei, mostra bem o período em que vivíamos”, declara Cecília. “Todas as leis que surgiram nesse período foram ditatoriais. A própria ditadura criou sua legislação, em cima da Doutrina de Segurança Nacional, para controlar e dominar o inimigo interno. E a Lei 5.766 emerge nesse contexto para isso, para controle social”.

“Além da estrutura hierarquizada e federativa, a Lei 5.766/71 traz uma redação dirigida exclusivamente para o cumprimento da função

Ilustrações de Miguel



• MÉDICI PSICÓLOGO

A Psicologia Nacional pega fogo, com pacotes, resoluções, discussões etc, e quando recebo o Boletim do Conselho Federal de Psicologia é aquele oásis: Dia do Psicólogo pra lá, questionário sobre bandeira e hino do psicólogo pra cá, fotos sobre "visita a estadistas", "destaques" sobre comemorações e essas miçangas todas de quem não tem o que fazer. Tudo na nova linguagem Seco-Brasília: "presidente SALDANHA, conselheiro MONTEIRO", etc, em moderninho/tecnocrata.

Um dos aprontos foi o título de membro honorário oferecido ao ex-ditador Médici, com a alta cúpula do CRP viajando para o Rio para entregar-lhe pessoalmente o título em mãos. O motivo foi "ato de gratidão por ter assinado a lei que criou os Conselhos de Psicologia" Ora, não devemos nada a ele; lutamos anos para conseguir o que era nosso por direito, que é o reconhecimento de nossa profissão, que ele só fez assinar, provavelmente sem nem ligar ao texto, e vem esse bando de puxa sacos com atos de gratidão.

Enquanto a Ordem dos Advogados, a Associação dos Jornalistas pelejam e pelejaram durante anos pela implantação do estado de direito, pelo fim das torturas, pelo respeito aos direitos humanos, o Conselho dos Psicólogos vem lambar a bota, com bastante atraso, do responsável pelo período de maior terror de nossa história. Que não se negue a ele a capacidade de transformar toda a, digamos, psicologia de uma nação, implantando o silêncio, o medo, a desconfiança em todos os extratos da sociedade, mas daí a dar-lhe o título de psicólogo é demais.

O melhor é colocar eleições diretas para o CFP, em cima de programas e proposições concretas, ao invés de ficar delegando a direção da psicologia a essa meia dúzia de sacripantas em busca de prestígio e mordomia.

Profundamente indignado,

C. Ralph

(Rádice, nº 12, 1980, p. 5)

institucional, jurídica e formal de orientar e fiscalizar. Um dos aspectos que exemplifica o direcionamento político que a permeia é a eleição indireta para o Conselho Federal, que se espelha no modelo político que vigorava no país, ou seja, na restrita participação da categoria na escolha de seus representantes de classe", completa Georgina.

Wilson Leite também explica a criação da Lei por esse caminho: "A Lei 5.766 especifica a função dos conselhos com os termos 'disciplinar' e 'fiscalizar' zelando pela 'disciplina da classe', conceitos que lembram a caserna. O espírito da Lei passa longe de uma idéia organizativa da categoria, democrática, com preocupações sociais e de construção de um *ethos* que norteie sua inserção social. Por isso, é uma lei centralizadora, em termos de distribuição do poder dentro da autarquia, e alienante, em termos de sua inserção e sentido social".

Na opinião do psicólogo, "a criação dos conselhos foi fundamental para que a profissão se firmasse na sociedade brasileira. Já nos primeiros momentos, teve que enfrentar a oposição de entidades médicas, contrárias a que os psicólogos atuassem como psicoterapeutas. Sofreu, mais tarde, a pressão dos administradores, nas áreas de recursos humanos. Foi muito importante a ação dos conselhos para que o psicólogo fosse reconhecido como profissional de saúde. E muitos avanços se seguiram no sentido de formar uma imagem social do que era ser psicólogo e de suas possibilidades de atuação".

No entanto, ele acredita que a forma e o momento em que a Lei surgiu prejudicaram a implantação desses conselhos. "É impossível que se conseguisse escapar aos efeitos maléficos daquele tempo. O movimento pela aprovação da Lei 5.766 e instalação dos conselhos contou com a participação, quase que como lobista, de um deputado federal, Clóvis Stenzel, franco apoiador do governo militar. Sua presença provocava constrangimento e receio entre os psicólogos que não compactuavam com aquele governo antidemocrático".

De acordo com Georgina Motta, o surgimento da lei exatamente nesse contexto não foi por acaso. "Criada durante a ditadura militar, ocasião de total desrespeito aos direitos dos cidadãos, a Lei 5.766 resultou das relações de proximidade entre os seus proponentes e o governo vigente. A Psicologia, à época, desenvolvia ações que estavam relacionadas basicamente à manutenção do *status quo*". Cecília concorda e exemplifica: "Naquele

**"Acho que essas mudanças na lei tentam quebrar com o centralismo, com o autoritarismo, e tentam horizontalizar um pouco mais as relações, democratizar as decisões. E isso é um exemplo importante para o**



**psicólogo refletir no seu cotidiano"**

**Cecília Coimbra**

momento, a prática hegemônica da Psicologia era andar de mãos dadas com a ditadura. Tanto que o CFP home-nageou o Médici".

A condecoração de Médici pelo CFP foi emblemática dessa ligação entre a Psicologia e o regime militar nos anos de chumbo. Mas não foi o único exemplo. Como explica Cecília, muitos psicólogos serviram à ditadura para dizer que as pessoas que se opunham ao governo era "desestruturadas", "desajustadas" e vindas de famílias "problemáticas". "O nome do projeto era 'Perfil do Terrorista Brasileiro'. Fazia-se anamnese, aplicavam-se testes de nível mental, de frustração, de personalidade etc., e traçavam o 'perfil' do opositor político".

Além disso, ela ressalta que muitos psicólogos auxiliaram nas torturas aplicadas em presos políticos, avaliando, por exemplo, os níveis de violência que a pessoa poderia agüentar – a chamada "tortura light" – e quais pre-



**Código de Ética de 1987**

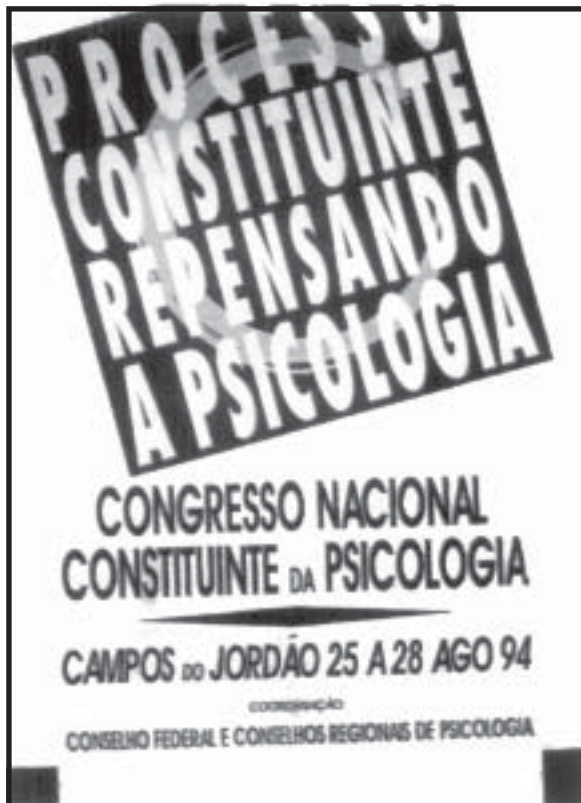
sos seriam “recuperáveis” ou “irrecuperáveis”. “Fui testemunha do caso do Amílcar Lobo Moreira da Silva, que, na verdade, era um médico que fazia formação em psicanálise na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. Quando fui presa, em 24 de agosto de 1970, no DOI-CODI, ele entrou na minha cela, perguntou se eu era cardíaca e tirou minha pressão. Logo depois, eu fui levada para a tortura e ele acompanhou”.

Em outra situação, o mesmo médico usou a Psicologia para justificar a tortura. “Uma amiga que estava presa comigo ficou parálitica devido à tortura com choques elétricos e pau-de-arara. O Amílcar Lobo aplicou eletrochoques na cabeça dela, como os de hospitais psiquiátricos, porque disse que o estado dela era devido a uma histeria de conversão!”, lembra a psicóloga.

Para Cecília, no entanto, não compactuaram com a ditadura apenas os psicólogos que dela participaram diretamente, “mas também os que ignoravam o tipo de país em que estávamos vivendo e exerciam práticas extremamente fascistas e conservadoras – o que, infelizmente, ainda há na Psicologia”.

## O processo de democratização

Em 1979, assume a presidência o general João



Figueiredo e começa um processo de abertura política, que se completa em 1985. Esse início de democratização do Brasil se reflete também na organização da Psicologia. “Os dispositivos democráticos do Sistema Conselhos surgem a partir dos anos 1980 e têm a ver com o movimento de abertura, de luta por uma sociedade efetivamente democrática. Essa luta vinha desde o final dos anos 1970, ainda em pleno período da ditadura, com os diferentes movimentos sociais, as comissões eclesiais de base, a teologia da libertação, os movimentos de associações de moradores. E, a partir de então, tenta-se falar de uma Psicologia efetivamente atravessada pela política”, diz Cecília Coimbra.

Para Georgina, os avanços na Psicologia “não estão relacionados diretamente à redação da legislação em vigor, mas sim às ações de grupos de psicólogos progressistas que buscaram romper com o posicionamento que a Psicologia vinha mantendo no país”. Um dos primeiros grupos a buscar esse caminho foi o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, que, nos anos 1980, teve inscrita em suas eleições uma chapa de oposição – fato inédito até então. A partir daí, sindicatos e conselhos regionais começaram a ter suas bases ocupadas por grupos mais progressistas.

“O exercício de alterar o funcionamento dos conselhos, à margem do que determina a Lei 5.766, vem se dando na prática desde a década de 1980, quando os conselhos, além de cuidar das questões da categoria e da profissão, passaram também a ter mais participação nas questões da sociedade e maior preocupação e atuação política”, diz Wilson Leite.

Para ele, um marco histórico nesse processo foi um evento conjunto entre conselhos e sindicatos de Psicologia. “Ao promoverem o Congresso Unificado da Psicologia em 1989, esses grupos deram início ao debate sobre qual seria de fato o compromisso da Psicologia com a sociedade”.

O Conup deu origem a uma série de discussões sobre a democratização da Psicologia, que desembocaram na realização, em 1994, do Congresso Constituinte da Psicologia, posteriormente transformado em I Congresso Nacional de

**“Infelizmente, uma lei tão necessária para nossa organização profissional foi gestada e promulgada num momento negro da**



**história brasileira. Alterá-la agora nos dará um novo instrumento, assinado por um presidente eleito democraticamente pela nação brasileira”.**

**Wilson Leite**

Psicologia (CNP).

O CNP constituiu-se como instância máxima de caráter deliberativo do Sistema Conselhos. Realizado de três em três anos, ele estabelece as diretrizes políticas para a atuação dos conselhos no triênio seguinte.

E é no II CNP, em 1996, que começa a se esboçar um projeto de mudança na Lei 5.766. Algumas das principais contribuições desse projeto inicial foram criar a APAF (que ocorre duas vezes por ano e conduz as deliberações do CNP) e instaurar eleições diretas para as gestões do CFP.

A decisão sobre o que constaria no Projeto de Lei foi construída nos plenários dos Conselhos Regionais, em consonância com as teses desenvolvidas no VI CNP e submetidas à apreciação da APAF. Houve também a participação das assessorias parlamentar e jurídica do CFP.

“A necessidade de adequar as legislações da Psicologia à prática atual tem sido objeto de discussão no Sistema Conselhos. O VI CNP, em seu eixo I (Aperfeiçoamento Democrático do Sistema Conselhos), aponta a necessidade de garantir a democracia alcançada e de ampliar a articulação e participação da categoria, promovendo uma maior integração. Diz sobre os Congressos Nacionais, a reorganização da APAF e coloca em pauta a revisão da Lei 5.766, apontando diretrizes a serem seguidas. Essa lei foi priorizada devido ao seu caráter organizador de todo o Sistema”, explica Georgina.



**“Criada durante a ditadura militar, ocasião de total desrespeito aos direitos dos cidadãos, a Lei 5.766 resultou das relações de**

**proximidade entre os seus proponentes e o governo vigente. A Psicologia, à época, desenvolvia ações que estavam relacionadas basicamente à manutenção do status quo”.**

**Georgina Motta**

Para levar adiante esse projeto, foi criado, na APAF de 2007, o Grupo de Trabalho Nacional para Alteração da Lei 5.766/71. Originalmente, o GT foi composto por representantes do CFP, CRP-01 (DF), CRP-04 (MG), CRP-05 (RJ) e CRP-09 (GO/TO). A partir de 2008, o CRP-02 (PE), o CRP-06 (SP) e o CRP-08 (PR) também passaram a compor o grupo.

## O que muda para os psicólogos

“As mudanças propostas vêm refletir o papel de protagonista que a Psicologia cada vez mais exerce na sociedade brasileira. Nem sempre as

propostas se apresentam explicitamente, visto que optou-se por mudanças apenas dos artigos considerados essenciais, mas constituem o espírito da lei”, afirma Georgina.

A proposta de mudança na Lei 5.766/71, dessa forma, procura incluir na legislação que regulamenta a Psicologia as transformações que a categoria conquistou ao longo do processo de democratização do Sistema Conselhos. “Esses mecanismos, desenvolvidos ao longo desses anos, já trouxeram mudanças significativas para a prática dos psicólogos, uma vez que propiciaram um caminhar da Psicologia em direção ao compromisso social. Temos, hoje, psicólogos atuando em diversas áreas, com uma prática bastante diversa da disposta na lei de regulamentação da profissão”, diz a conselheira de Minas.

Segundo Wilson, “o principal da proposta parece ser garantir os avanços na democratização e maior flexibilidade na organização dos nossos conselhos. Sair do formato ‘representativo’ que constitui os Conselhos para uma forma mais ‘participativa’, ampliando o envolvimento dos psicólogos na construção de suas entidades, de suas normas, de seu *ethos* e de seus espaços de atuação”.

Mas o que isso afeta na prática dos profissionais psicólogos? Para Wilson, “a possibilidade de participação mais ativa do maior número de psi-

cólogos fortalece a entidade e a profissão, mantendo uma presença mais consistente na sociedade e fortalecendo a consciência da classe profissional. Nossos avanços, profissionais e políticos, só podem ser conseguidos em grupo, em movimentos da categoria”.

De acordo com Cecília, outro ponto importante é que a nova regulamentação da profissão pode influenciar na forma como os psicólogos lidam com sua prática cotidiana. “Acho que essas mudanças na lei tentam quebrar com o centralismo, com o autoritarismo, e tentam horizontalizar um pouco mais as relações, democratizar as decisões. E isso é um exemplo importante para o psicólogo refletir no seu cotidiano. Apesar de a maioria dos psicólogos terem seu consultório privado, muitos trabalham em empresas, em diferentes estabelecimentos. E é importante que eles percebam que essa questão da verticalidade, do centralismo, do desrespeito à opinião das pessoas é o que a maioria dos estabelecimentos faz hoje. Ele tem que estar atento no seu cotidiano e perguntar sempre: ‘o que a minha prática está produzindo?’”.

Ela exemplifica com a questão da pobreza. “A mesma situação que vivíamos durante a ditadura, de sermos vistos como terroristas e subversivos, aplica-se hoje à pobreza. É a questão do medo das chamadas ‘classes perigosas’. Então, a discussão dessa Lei pode ser um instrumento importante hoje para que o psicólogo possa não só discutir uma lei em abstrato, mas discuti-la inserida no seu trabalho, principalmente quando você vai trabalhar com a pobreza. Existem muitos psicólogos trabalhando no sistema prisional, por exemplo, com essa população que é vista como bandida já de nascença”.

Assim, a psicóloga acredita que, caso não haja uma mudança de pensamento dos psicólogos, a mesma intervenção que esses profissionais faziam no período da ditadura com relação aos presos políticos pode continuar sendo feita, hoje, com relação à pobreza. E essa transformação de mentalidade pode começar, segundo ela, com a mudança na estruturação do Sistema Conselhos.

**As entrevistas feitas para esta matéria estão disponíveis na íntegra em [www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br)**

## Nova lei regulamentará anuidade paga aos CRPs

Um dos pontos mais discutidos durante a elaboração do Projeto de Lei que revisa alguns pontos da lei 5.766, de 1971, foi se a questão da anuidade que os psicólogos pagam aos Conselhos Regionais seria incluída no novo texto e de que forma.

“A proposta do CFP era incluir a anuidade na lei para garantir que pudéssemos manter a estrutura que temos hoje funcionando”, afirma a conselheira Janaína Fernandes. Segundo ela, o Conselho Federal estipulou um valor fixo, de R\$ 400, para todos os conselhos.

O CRP-RJ, junto com outros Regionais, sugeriu que fosse mantido o sistema utilizado atualmente, no qual são definidos um valor mínimo e um máximo, dando liberdade de cada CRP

para escolher - em sua Assembléia Orçamentária anual, com participação da categoria - o valor de sua anuidade dentro dessa banda. “queríamos garantir que houvesse uma margem em que cada CRP pudesse estabelecer o que acha que sua categoria pode ou não pagar”, explicou Janaína.

Ainda segundo a conselheira, o CRP-RJ avaliou que R\$ 400 era um valor muito alto. “O CRP-RJ tem primado, há algum tempo, por cobrar sempre o mínimo dessa banda, só aumentando com a inflação. Então, o Rio conseguiu, na reunião de presidentes que antecede a APAF, que cada CRP pudesse conceder um abatimento de até 30% desse valor, chegando a R\$ 280. A APAF aprovou esta proposta. Assim, podemos manter aproximadamente a anuidade que pagamos hoje”.

# CRP-RJ participa do GT Alteração da Lei 5.766

O CRP-RJ foi um dos conselhos regionais de Psicologia que participaram do Grupo de Trabalho para revisão da Lei 5.766/71. A partir da criação do GT, em dezembro de 2007, até maio de 2008, este Regional foi representado pela ex-conselheira Karine Neves Mourão (CRP 05/28863). A partir dessa data, a conselheira Janaina Barros Fernandes (CRP 05/26927) assumiu esse posto. Em entrevista para o Jornal do CRP-RJ, ela explica como se dá a atuação do GT e qual foi a contribuição do CRP-RJ.

## Como se deu a criação do GT?

O GT foi criado na APAF de dezembro de 2007 com o propósito de discutir as alterações na Lei 5.766/71. No momento, seu período de funcionamento foi estendido até maio, porque a discussão é grande e complicada: são 21 páginas de lei e as mudanças sugeridas são bem específicas.

## Por que apenas alguns conselhos regionais participam?

Por ser um GT, com questões muito complicadas, não seria possível haver representantes dos 17 conselhos regionais, principalmente pelo fato de as reuniões serem por conferências telefônicas. Na APAF em que o GT foi criado, alguns conselhos se prontificaram a participar: 01 (DF), 04 (MG), 05 (RJ) e 09 (GO/TO). Ao longo do tempo, alguns entraram e outros saíram.

O CRP-RJ se prontificou a participar porque Rio e São Paulo são os dois maiores colégios. Ou seja, nos colocamos à disposição para participar dessa discussão por termos um número de psicólogos significativo. Temos que estar atentos às decisões que mexem com a categoria.

## Como é a dinâmica de trabalho do GT?

O GT, na verdade, apenas sistematiza o trabalho de alteração da Lei. Mas, em cada APAF, apresentamos tudo o que discutimos até o momento. Ou seja, no final, todas as decisões são discutidas e tomadas por todos os conselhos.

De maio de 2008 para cá, algumas das nossas atividades foram a formatação da cartilha sobre a mudança na Lei, definição da forma como os seminários iriam ocorrer, sistematização de como chamar a categoria para participar dessa discussão, ou seja, ver de que forma poderíamos fazer a categoria tomar ciência do que estava sendo discutido e como ela poderia contribuir.

## Como se dá a participação do CRP-RJ no GT?

A participação do CRP-RJ se dá, principalmente, focando a questão da democratização. Nosso objetivo é colocar na Lei 5.766/71 o que de fato ocorre hoje no Sistema Conselhos. A Lei é de 1971, feita durante a ditadura, então não tem esse viés democrático. E democracia é uma coisa muito importante para o CRP-RJ.

Outra questão em que insistimos foi para o voto para os conselhos ser facultativo, pois atualmente a categoria é obrigada a votar. Mas isso é uma proposta e ainda não está muito claro se vai entrar ou não na Lei. Há discordância de outros conselhos e não podemos tomar nenhuma decisão que não seja coletiva. Afinal, estamos representando uma categoria.

Também sustentamos o voto direto para o CFP. Antigamente, votava-se nas chapas dos con-

selhos regionais e estes indicavam nomes para formar a chapa do Federal. Ou seja, a gestão do CFP era formada por pessoas de diferentes regiões, que poderiam não ter nenhuma afinidade. Atualmente, os psicólogos votam diretamente numa chapa para o CFP, em consulta eleitoral, cujo resultado é referendado pela APAF seguinte. Então, queremos colocar na Lei, por escrito, o que já funciona na prática.

Um outro ponto pelo qual brigamos foi a questão da anuidade paga aos CRPs, pois não queríamos que fosse estabelecido um valor fixo (veja box na página 6).

## Qual a previsão para implementar as mudanças?

Nesse momento, foi para a Casa Civil um projeto com 20 mudanças, entre elas a inclusão do voto direto para o CFP, colocação da APAF e do CNP como instâncias do Sistema Conselhos e a questão da anuidade.

Optamos pela estratégia de enviar esse projeto menor, com pontos estratégicos e específicos, para que ele não demore muito tramitando no Congresso Nacional. Há a possibilidade de mudar os outros pontos através de resoluções. Por isso, é importante que a categoria continue participando e enviando sugestões.

## Breve histórico do CRP-RJ

Com a institucionalização do CFP e dos CRPs, a partir da Lei 5.766/71, seu grande desafio era equipar-se de toda uma estrutura física e burocrática de funcionamento. Em 1974, passaram a operar os sete primeiros CRPs, sendo o CRP-05 correspondente ao estado do Rio de Janeiro e ao então estado da Guanabara.

Segundo colégio de psicólogos do país, o CRP-RJ enfrentou graves problemas ligados a irregularidades éticas, administrativas e financeiras das gestões do final de 1990 e início de 2000. Isto culminou com uma intervenção do CFP, que destituiu o X Plenário e nomeou, em 17 de março de 2003, uma Comissão Gestora

com a tarefa de reorganizar o CRP-RJ até as eleições de 2004.

Segundo o atual presidente do CRP-RJ e membro da Comissão Gestora, José Novaes (CRP 05/980), “com a destituição do X Plenário, o CRP-RJ ficou acéfalo, sem conselheiros, e a Comissão Gestora teve de reorganizá-lo. Esse trabalho levou muito tempo, naturalmente. Quando assumimos, a situação estava caótica mesmo. E posso dizer que o XI Plenário, do qual também participei, foi um período de reorganização. Superados esses desafios iniciais, agora podemos partir de um novo patamar”.

# A mudança da Lei 5.766/71 e a profissão do psicólogo

Ana Mercês Bahia Bock\*

A mudança na Lei 5.766/71 é uma conquista dos psicólogos e tem consequências importantes para a prática profissional. Essa é a tese que defenderei aqui.

Em 1962, os psicólogos tiveram a Lei que regulamenta a profissão aprovada (Lei 4.119/62) e somente em 1971 é que se conquistou a Lei que criou os Conselhos de Psicologia. O momento histórico em que a Lei foi aprovada ficou refletido na estrutura hierarquizada e pouco democrática com que nasceram os conselhos. A estrutura federativa, as eleições diretas apenas para os conselhos regionais e a ausência de qualquer espaço institucional de participação mais ampla da categoria nas decisões da entidade tornaram o Conselho Federal de Psicologia um órgão distante dos psicólogos e, ao mesmo tempo, um lugar onde se tomavam as decisões mais importantes da profissão. Assim, as regulamentações para o exercício profissional eram, na maior parte das vezes, decididas sem que a categoria fosse ouvida.

Os Conselhos foram se tornando órgãos distantes dos psicólogos e, ao mesmo tempo, geravam temor pelo poder que possuíam sobre a vida profissional de cada psicólogo. A categoria se queixava, com frequência, pelo fato de pagar suas taxas e não perceber nenhuma iniciativa que a incluísse ou respeitasse em seus posicionamentos. A própria natureza da entidade foi se transformando: de um órgão de defesa da sociedade e de regulamentação e fiscalização da qualidade do exercício profissional em conselhos como órgãos em defesa dos psicólogos (ação que eles não realizavam).

Interessante notar que a distância que os conselhos mantinham da categoria fazia com que os

psicólogos esperassem e reivindicassem ações por parte das entidades que, na verdade, não eram de sua função primordial. Os conselhos são entidades da profissão e não lhes cabe como função precípua a defesa dos profissionais. Mas era isto que aqueles que pagavam a entidade esperavam dela e ela, cada vez mais distante, não tinha a oportunidade de corrigir essa percepção. Sua função como mediadora entre as necessidades de uma sociedade e as possibilidades de uma profissão ia ficando aos poucos cada vez mais esvaziata. Se considerarmos as decisões tomadas pelos conselhos para regulamentação da profissão entre 1973 (quando foi eleito o primeiro plenário) e o final dos anos 1980 (quando a autarquia

***“Não queremos mais uma profissão que se mantenha aliada apenas aos interesses de grupos da elite (...) Não queremos mais uma Psicologia que não fale de nossa gente – sua cor, sua vida vivida, suas urgências.”***

começa seu processo de democratização), vamos encontrar pouquíssimas referências aprovadas (havia nesse período o Código de Ética), significando que os Conselhos eram distantes dos psicólogos e não cumpriam sua função social.

Nos anos 1980, o Brasil começa a modificar seu cenário. Ainda sob a ditadura, os brasileiros ampliam as lutas democráticas e sua organização social, produzindo uma conjuntura favorável a transformações que poriam fim aos anos de chumbo. Essa condição social também alcançou os psicólogos.

Sindicatos de psicólogos surgiram (ou aqueles já criados cresceram) e foram ocupados por grupos progressistas que queriam fazer da entidade um lugar da luta democrática; nasceu a Federação Nacional dos Psicólogos demonstrando uma capacidade de articulação nacional entre os psicólogos alternativa àquela possibilitada pelos



conselhos de Psicologia. Surgiram entidades científicas aumentando a capacidade organizativa dos psicólogos.

Em 1989, sob a direção de Yvonne Khoury, com a participação de psicólogos conhecidos, como Marcus Vinicius de Oliveira, Sergio Leite, Wilson Leite, Ricardo Moretzsohn, Marlene Guirado e outros tantos profissionais que estavam nos conselhos para produzir um novo projeto para a profissão e para a entidade, é que vai ser realizado o Congresso Unificado. O CFP chama a “ala sindical” (eu presidia naquele momento a FENAPSI, acompanhada de Marcos Ferreira, Lumena Furtado, Odair Furtado, Francisco Viana, Wanda Junqueira e Marcus Adams, para citar alguns parceiros que se mantiveram no cenário) para a realização de um evento conjunto entre sindicatos e conselhos. Era a “senha” histórica para a transformação das entidades. Muitas disputas e dificuldades marcaram o evento que tomou apenas uma deliberação: superar o corporativismo que marcava nossas entidades de Psicologia.

Os conselhos abraçaram a decisão e, em 1994, em Campos do Jordão (SP), abriram o processo constituinte que iniciou a discussão sobre a transformação da estrutura e do funcionamento da autarquia. O processo constituinte foi transformado em I Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que foi seguido de outros cinco (1996, em Belo Horizonte; 1998, em Florianópolis; 2001, 2004 e 2007 em Brasília).



Nesses espaços, em especial nos dois primeiros CNPs, a transformação da autarquia era tema prioritário. As indicações da mudança foram postas e o Conselho de Psicologia tratou de implementar todas as orientações e decisões que foram tomadas no sentido de democratizar a entidade. Passo rapidamente por elas.

O Congresso Nacional da Psicologia passava a ser o órgão máximo de decisões da categoria, no âmbito dos conselhos, para orientação sobre a regulamentação da profissão e para ações dos Conselhos Federal e Regionais. O CNP era (e é) precedido de mobilizações regionais que começam em locais de trabalho, grupos espontâneos e outras formas de participação. Todos os esforços organizados em cada pequena região confluem para o Congresso Regional que debate e elege seus delegados ao CNP. Em um Congresso Nacional, aqueles delegados debatem e decidem sobre as diretrizes políticas para a atuação e funcionamento dos Conselhos de Psicologia. Definem um projeto para a profissão.

Além do CNP, criou-se a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), que reúne duas vezes por ano representantes das plenárias dos CRPs e do CFP para implementar decisões dos CNPs, de forma conjunta.

Foram instituídas eleições diretas para os CRPs e para o CFP, com base em plataformas de trabalho apresentadas pelos grupos que se candidatam; estabelecidas inscrições de chapas em Congresso Regional (para os CRPs) e no CNP (para o CFP); e a definição política de que as decisões sobre a profissão não podem ser tomadas por um grupo de “iluminados”, mas sim por representantes de um coletivo amplo que tomou conhecimento, debateu, apresentou propostas, disputou e indicou a direção que a profissão deve tomar na sociedade brasileira. A democratização dos conselhos de

Psicologia é uma realidade e a experiência destes anos possibilitou a certeza de que estava na hora de reformular a Lei 5.766/71, englobando todas as formas democráticas conquistadas pelos psicólogos nestes 20 anos.

Mas o que tudo isso tem a ver com o exercício profissional que acontece cotidianamente nesse país?

Tem muito a ver. Duas coisas podem ser apontadas de início: os conselhos perceberam e defendem que decisões sobre a profissão sejam tomadas com consulta e participação da categoria; e os conselhos precisam tomar decisões que



orientem a prática profissional, garantindo a existência de uma profissão útil e comprometida com as necessidades da sociedade brasileira. A forma democrática de decidir e a clareza de que é preciso decidir vieram juntas e garantiram um Conselho atuante e preocupado com a profissão que os psicólogos exercem e os serviços que oferecem aos brasileiros.

Nossa profissão tem uma história marcada pelo compromisso com as elites. Instalamo-nos e pudemos nos desenvolver (e mesmo conse-

guir leis para a profissão) porque sempre estivemos íntimos da elite. Os anos 1980 trouxeram a certeza de que o caminho era outro e era preciso organizar e fortalecer os psicólogos para que rompessem com a trajetória que a Psicologia vinha produzindo como ciência e como profissão no Brasil. Não queremos mais uma profissão que se mantenha aliada apenas aos interesses de grupos da elite; que produza um conhecimento e uma profissão referidos apenas ou principalmente nas teorias e práticas nascidas na Europa ou EUA, tornando-nos colonizados; não queremos mais uma Psicologia que não fale de nossa gente – sua cor, sua vida vivida, suas urgências.

Queremos uma outra Psicologia e, para isso, é preciso que tenhamos entidades fortes que organizem a categoria e permitam decisões sobre a profissão que considerem as conquistas já obtidas e nos façam avançar de forma coletiva. Um real avanço para a Psicologia só será conquistado se avançarmos conjuntamente e isso exige formas democráticas de organização. É preciso mudar a lei 5.766/71 incorporando nossos avanços e garantindo que a profissão esteja nas mãos dos psicólogos, para a produção de um projeto de Psicologia com real compromisso com as necessidades e interesses da maioria da população brasileira.

Mudança na Lei, democratização dos conselhos de Psicologia e um projeto de profissão com compromisso social são todos aspectos de uma mesma história e necessitam caminhar juntos. Lutar por um desses aspectos exige o compromisso com os outros. O chamado para debater e lutar pela mudança da Lei 5.766/71 deve ser respondido por todos aqueles que querem uma outra Psicologia no Brasil.

*\*Psicóloga (CRP06/2771) e professora titular na PUC/SP. Foi presidente da FENAPSI, do CRP-SP 2004/2007 e do CFP 1997/1998; 1998/2001 e 2004/2007.*

# Diretoria avalia 2008 e traça

Direitos Humanos, transparência, ética e compromisso social. São esses os princípios que norteiam o XII Plenário do CRP-RJ, que aposta também na orientação e na proximidade com a categoria como instrumentos de uma gestão democrática e participativa.

Em entrevista ao *Jornal do CRP-RJ*, os conselheiros da Diretoria-executiva do CRP-RJ – o presidente José Novaes (CRP 05/980); a vice-presidente Eliana Olinda Alves (CRP 05/ 24612); a tesoureira Marília Alvares Lessa (CRP 05/ 1773); e a secretária Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/ 26929) – fizeram um balanço do seu primeiro ano à frente do XII Plenário, revelaram a agenda para 2009 e se mostraram otimistas pelos psicólogos estarem finalmente “começando a voltar ao Conselho”.

## Que balanço a diretoria faz do ano de 2008?

Deu-se um salto quantitativo e qualitativo muito grande. Quantitativo porque houve crescimento das atividades do CRP-RJ, como o acompanhamento do processo de inscrição e orientação de novos psicólogos, e também crescimento nas atividades de orientação e fiscalização da categoria como um todo. Qualitativamente, por estarmos entrando em uma nova estratégia de chegar a esse psicólogo. Só para lembrar, o Conselho enfrentou um período crítico, no final dos anos de 1990 até o processo de intervenção, em 2003, e isso prejudicou muito sua relação com a categoria, que, por sua vez, começou a se afastar e a desconfiar do Conselho. Foi, então, com a Comissão Gestora, que se iniciou um trabalho de superação desses percalços. Em 2008, primeiro ano



*II Mostra Regional de Práticas em Psicologia*



*Fórum de Ética na Emerj*

do XII Plenário, continuamos esse trabalho e os profissionais psicólogos estão começando a voltar ao Conselho e a ver nele realmente um ponto de referência. Ressaltamos como uma das nossas prioridades fazer avançar o relacionamento com a categoria e, para tanto, investimos na orientação. Por isso, em 2008, esse vínculo foi parcialmente recuperado: as pessoas têm voltado ao Conselho para dirigir demandas e tirar dúvidas. Esse foi um grande avanço em 2008 e avançar ainda mais em 2009.

## O que pode, então, ser destacado de mais importante no ano?

Em setembro de 2007, foi criada a Comissão de Educação, que logo assumiu a tarefa de discutir no estado do Rio o Ano da Educação, instituído pelo Sistema Conselhos. E realizou um trabalho fantástico, promovendo diversos eventos importantes (ao todo, foram cinco eventos preparatórios até o Seminário Regional, 29 de novembro de 2008) não apenas para cumprir as tarefas que foram passadas pela pauta do Federal, mas também debatendo Educação Inclusiva, PSE, junto com a Comissão de Saúde. Criamos a Comissão de Psicologia e Justiça, em 2007, que realizou uma série de encontros principalmente sobre o Depoimento sem Dano. Já a Comissão de Ética, além de dar uma nova organização interna a seus trabalhos de acolhimento e encaminhamento de denúncias, promoveu cinco

eventos externos que culminaram com o Fórum de Ética, no dia 4 de novembro, reunindo cerca de 300 pessoas para discutir o laudo como ferramenta de intervenção. Podemos citar ainda a Comissão Regional de Direitos Humanos que realizou o IV Seminário Regional de Psicologia e DH cujo tema foi a judicialização da vida. E não podemos esquecer da II Mostra Regional de Práticas em Psicologia, que ocorreu em julho e contou com a participação de cerca de 400 pessoas.

## Que princípios, além da observância dos DH, orientam as ações políticas da atual gestão?



*Encontro no aud*

# As metas para 2009

Na realidade, todas as nossas atividades são pautadas pela ética e pelo compromisso social. O XII Plenário é uma continuação do XI, que também foi eleito com essas bandeiras. E sempre destacamos o protagonismo social do Conselho de dirigir nossas atividades não apenas à categoria – de modo que não haja um corporativismo estreito –, mas principalmente à população lá fora, a quem nossos serviços são voltados.

## Como tem se dado a relação do XII Plenário com o Conselho Federal de Psicologia?

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que o CRP-RJ não é independente do CFP e muito menos do Sistema Conselhos de Psicologia. Nós apoiamos a gestão do Federal, com o qual sempre tivemos uma relação de respeito e companheirismo, mas adotamos, a partir do XI Plenário, uma posição de apoio crítico. Não vamos deixar de fazer críticas quando for necessário.

## Que mudanças foram implementadas no Conselho quanto à gestão interna?

Quando a Comissão Gestora assumiu, havia somente cinco ou seis computadores no Conselho inteiro, o que, naturalmente, prejudicava o atendimento aos psicólogos. Foi providenciada, então, a compra de computadores para aparelhar adequadamente o Conselho. Outra realização foi o concurso público de 2003 para preencher as vagas



*Apresentação do Grupo Nômades no Dia do Psicólogo*

abertas com a dispensa de funcionários que haviam sido contratados irregularmente. E agora, no final de 2008, realizamos outro processo de seleção para suprir a demanda (veja página 16) gerada pelo crescimento do número de psicólogos inscritos. Em fevereiro, convocamos 15 funcionários e abrimos ainda um cadastro reserva para convocar novos, caso seja necessário.

Temos, também, procurado manter a comunicação interna entre os funcionários e entre as comissões. A ideia é haver essa articulação para que as comissões não desenvolvam trabalhos isolados. Articular as discussões é fundamental e enriquece o debate. Por isso, temos uma vez por mês uma reunião plenária que reúne todos os conselheiros, efetivos e suplentes, e é nela que discutimos as políticas e os posicionamentos do Conselho. E cabe à Diretoria-executiva, junto às comissões, realizar essas políticas.

## Com o crescimento do Conselho, existem projetos de ampliação do número de subdes?

Existem sim. A subsele de Campos, no Norte-Fluminense, está prestes a ser inaugurada e isso é reflexo do aumento da demanda e de uma maior organização e mobilização política da categoria na região. Há também um projeto de criação de uma subsele em Resende, abarcando todo o Sul-Fluminense, mas ainda está sendo analisado. Porém, é importante não pensar a abertura de novas subdes de forma somente burocrática – dando orientação, fiscalizando, emitindo certificados

e carteirinhas. Elas precisam fomentar uma mobilização política dos psicólogos na região. As subdes devem ter a cara da política que temos implementado; precisam ser a expressão da organização e da mobilização da categoria nesses locais. Caso contrário, seu custo financeiro não compensa nem para o Conselho nem para a categoria.

## Quais são as apostas para 2009?

Temos alguns problemas emergenciais que devem ser resolvidos. Por exemplo: o cadastro nacional, que há 10 anos vem se arrastando, e devemos fazer um conjunto de mudanças para implementá-lo. Há, ainda, o projeto de mudança de sede, que foi aprovado em Assembleia Extraordinária no ano passado. Essa mudança é urgente por conta das condições físicas e estruturais da atual sede, que não oferece acessibilidade e não comporta mais o crescimento das atividades do Conselho (veja página 20).

É importante lembrar que 2009 foi eleito pelo Sistema Conselhos como o Ano da Psicoterapia. A Comissão de Saúde está responsável por organizar eventos regionais, preparando para o encontro nacional. Haverá, ainda, a Conferência Nacional de Comunicação, marcada para dezembro e que contará com a participação do Sistema Conselhos, visto que esse é um assunto há muito tempo discutido por psicólogos. Ainda para o final do ano, o CRP-RJ iniciará a mobilização da categoria para o VII CNP, que antecipa as eleições de 2010 quando serão renovados os plenários dos CRPs e do CFP. Com relação ao direcionamento propriamente político, vamos manter as atividades que temos desenvolvido em defesa dos DH, da ética e do compromisso social.



*Plenário do CRP-RJ*



*Evento da Comissão de Educação em Petrópolis*

## Psicologia e Políticas Públicas

O CREPOP-RJ está vinculado à Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas (CRPP) do CRP-RJ e trabalha através de ciclos de pesquisa. Em 2008, foram realizados quatro ciclos, estipulados em reunião do CREPOP Nacional: *Educação Inclusiva*, *Medida Socioeducativa em Meio Aberto*, *Mulheres sob Violência de Gênero* e *Atenção Básica em Saúde*.

Os ciclos tiveram encontros presenciais e questionários *online*. Em coautoria com os participantes, foram elaborados relatórios sobre as reuniões, enviados ao CREPOP Nacional para darem origem, junto com os questionários, a um documento de referência às práticas dos psicólogos.

Em 2008, o CREPOP-RJ percebeu uma maior adesão por parte da categoria a este dispositivo. Por isso, passou a reconvocar os participantes dos ciclos para uma escrita coletiva das referências em políticas públicas. A CRPP participou ainda de atividades de outras comissões, para não lidar com as políticas públicas como mais uma especialidade da Psicologia.

Contato: crepop@crprj.org.br.

## Saúde

Estamos engajados em discussões e ações relativas aos âmbitos público e privado da Saúde, buscando sempre aproximações destes com os campos da Ética, Educação, Justiça e Direitos Humanos. Este trabalho se desenvolve com a participação de conselheiros e colaboradores do CRP-RJ, em programações internas – eventos, plenárias e reuniões – e externas ao Conselho – para as quais é convidada e entende que seja importante sua participação.

Dentre as atividades externas em 2008, destaca-se a criação da oficina itinerante “Apropriação em Saúde: como está a prática do psicólogo?”, que tem como objetivo uma maior aproximação do CRP-RJ com a categoria. A oficina foi realizada em Quatis, Saquarema e Nova Iguaçu, a pedido de grupos que se mostraram interessados em discutir questões relativas às suas práticas e articuladas à Psicologia.

Para 2009, a Comissão manterá a realização das oficinas e proporá algumas pautas, tais como: práticas psicoterápicas, em função do Ano da Psicoterapia; apoio à realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental; continuidade das discussões sobre saúde suplementar; debates sobre temas que produzem impasse à prática psicológica diante de pessoas em situação de vulnerabilidade psicos-

social. A Comissão de Saúde está aberta à discussão de diferentes temáticas.

Contato: comsaude@crprj.org.br.

## Orientação e Fiscalização

Em 2008, a COF realizou um trabalho de aproximação com a categoria a fim de conhecer melhor as especificidades de cada área e propor as discussões necessárias. Em agosto, foi realizado no auditório do CRP-RJ um encontro com os psicólogos credenciados em clínicas do Detran para discussão da Resolução Contran 267/08, que resultou em um ofício encaminhado ao CFP e na criação de um GT sobre Psicologia do Trânsito, coordenado pela conselheira presidente da COF, Wilma Fernandes Mascarenhas (CRP 05/27822).

Ocorreram também reuniões com psicólogos que atuam na avaliação psicológica para porte de armas no Rio de Janeiro, para analisar a minuta da Resolução CFP sobre o tema, o que deu origem a um relatório, encaminhado ao CFP.

A COF intensificou, ainda, as fiscalizações nos hospitais psiquiátricos e nas instituições de saúde, o que levou o CRP-RJ a fechar uma importante parceria com o Ministério Público para resguardar os Direitos Humanos dos usuários desses serviços e assegurar a qualidade do trabalho dos psicólogos que neles atuam. A COF participou também do projeto Rede de Proteção à Infância e Juventude, coordenado pela Comissão de Justiça, que promove um mapeamento do trabalho dos psicólogos inseridos nos Conselhos Tutelares.

Contato: cof@crprj.org.br.

## CATE

Em 2008, a Comissão de Análise para Concessão do Título de Especialista continuou a proposta, iniciada em 2000 (ano de criação do Título pelo CFP), de produzir uma reflexão sobre a implantação e os impasses dessa titulação. O CRP-RJ tem se posicionado contrário aos diversos especialismos, que reduzem a possibilidade de desenvolvimento profissional e fragmentam a visão do ser humano.

Em julho, durante a II Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizamos uma pesquisa junto a profissionais e estudantes, cujo resultado apontou para a necessidade de aprofundamento dos debates sobre o tema “Especialidades e Especialismos”.

Diariamente, tem sido feito o atendimento a psicólogos que procuram o CRP-RJ em busca de in-

formações e da titulação. Além da rotina de atendimentos, a CATE tem buscado um aprofundamento teórico e de análise dos casos, que serão base para a III Mostra Regional de Práticas em Psicologia.

Contato: especialista@crprj.org.br.

## COTEC

Durante muitos anos, o CRP-RJ não discutiu sistematicamente a Psicologia dentro das organizações. Atualmente, procuramos reparar essa situação e reunir os psicólogos para debater temáticas ligadas a esse campo de atuação. Dando os primeiros passos nesse sentido, convidamos os profissionais que trabalham com Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho para uma reunião na sede de nosso Conselho. Pedimos a todos que acompanhem o site [www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br), onde será divulgada a data do evento.

Contato: cotec@crprj.org.br.

## PSICOLOGIA E JUSTIÇA

Em 2008, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 18 anos, intensificamos o debate sobre crianças e adolescentes em situação de violência, focando o chamado depoimento sem danos. Realizamos em maio, junto com a CRDH, um encontro na UERJ, além de participarmos de diversos eventos e audiências públicas.

Fazemos parte, ainda, do GT Pró - Convivência Familiar e Comunitária do CEDCA/RJ, cujo objetivo é discutir as deliberações das políticas de atendimento à infância do CONANDA. Foi criado também, no CRP-RJ, GTs sobre a chamada Rede de Proteção à Infância, o Sistema Prisional e a Diversidade Sexual.

## Direitos Humanos

A CRDH organizou, em 2008, três edições do Trocando em Miúdos (Racismos, Homofobia e Violência de Estado); o I Congresso Brasileiro de Enfrentamento às Violências Sexuais; o Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e DH; o IV Seminário Regional de Psicologia e DH: Judicialização da Vida; e uma oficina na II Mostra Regional de Práticas em Psicologia.

Participamos também de diversos eventos em outras instituições. Nos engajamos ainda nas discussões sobre o Depoimento sem Dano.

Para 2009, programamos a realização de seis Trocando em Miúdos e do V Seminário Regional de Psicologia e DH.

Contato: cdhumanos@crprj.org.br.

# Site do CRP-RJ: uma valiosa ferramenta dos psicólogos

Psicólogo(a), fique sempre conectado à Psicologia! Saiba tudo sobre o que acontece no universo psi do Rio de Janeiro e do Brasil acessando [www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br).

Acompanhando nosso *site*, além de se manter informado com notícias constantemente atualizadas sobre o que diz respeito à Psicologia e às ações do CRP-RJ, você ainda encontra *online* muitas informações do seu interesse.

Na página, estão disponíveis os horários de expediente, endereços e telefones de contato da sede e das subsedes do CRP-RJ, bem como links para consulta e *download* da tabela de honorários sugerida pelo Conselho Federal de Psicologia e do Código de Ética do psicólogo. Encontram-se disponíveis, também, no espaço *Atendimento*, importantes dados de orientação sobre

os procedimentos de registro profissional no Conselho, assim como outros *links* para cadastramento e obtenção do boleto *online*.

Em nosso portal, você encontra ainda informações gerais sobre instituições de ensino de Psicologia no estado do Rio e no Brasil e, acessando a nossa *Agenda*, você se interessa sobre o cronograma de eventos e atividades do CRP-RJ, de universidades e outras instituições. Já na seção *Concursos*, são divulgados os concursos públicos que ofereçam vagas a psicólogos do estado do Rio e você ainda tem a chance de acompanhar o andamento do seu concurso.



Mantenha-se sempre atualizado sobre sua profissão! E, como nosso site é feito para os psicólogos, a categoria também tem a chance de participar dele. Envie sugestões, críticas e comentários para [ascom@crprj.org.br](mailto:ascom@crprj.org.br).

## I Conferência Nacional de Comunicação

No dia 30 de janeiro, durante o Fórum Social Mundial, em Belém (PA), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a realização de “uma grande conferência sobre comunicação no Brasil”. O evento foi programado para o início de dezembro, quando ocorrerá a instalação da TV digital no país, com o início do funcionamento da TV pública – Empresa Brasil de Comunicação. A data também marcará um ano do documento produzido pela Comissão Nacional Pró Conferência, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

A I Conferência deverá ser convocada por decreto presidencial. Ela vem sendo solicitada por diversas entidades da sociedade civil – incluindo o Sistema Conselhos de Psicologia – e por duas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, a de Direitos Humanos e Minorias e a de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

## CRP-RJ: espaço de participação

**Helena Fialho\***

Quando o Fórum Social Mundial entra em pauta, impossível não o associar ao repetido discurso de que “a sociedade não é participativa” e, por isso, “as coisas estão como estão”. Sendo assim, como pensar em uma mobilização tão grande de pessoas tão diferentes, com objetivos tão diversos num mesmo espaço? A que serve esse discurso pessimista e, principalmente, que efeitos ele traz para a mobilização popular?

Em uma das oficinas propostas pelo CRP-RJ, essa discussão veio à tona e nos pegamos pensando no que nos fez querer participar deste Conselho e, mais ainda, em que espaço de participação é esse.

Os conselhos profissionais têm a função de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão. Entretanto, a orientação, ao longo da história, foi sendo sufocada pelas ações normatizadoras e fiscalizatórias, e os profissionais em geral só os conhecem por terem que pagar a anuidade. Tudo isso, além de algumas gestões pouco transparentes e distantes da prática, criou a tão arraigada idéia de que os conselhos são corpora-

tivistas, burocratas. Há também profissionais que dirigem suas demandas individuais ao conselho, querem que elas sejam prontamente resolvidas e não se prontificam a dialogar.

O CRP-RJ é um espaço possível, dentre os vários existentes, de participação. Nele, é possível discutir, articular propostas de trabalho com outros atores, construir coletivamente e intervir nos caminhos que a Psicologia vem trilhando nas diferentes áreas. A gestão que vem trabalhando desde 2004, com sua aposta na ética e na defesa dos Direitos Humanos, a transparência e as discussões com a categoria, propicia que esta participação seja comprometida e próxima dos psicólogos.

A presença marcante de conselheiros e colaboradores do CRP-RJ no FSM nos coloca a importante participação social em seus diversos segmentos como uma realidade e uma aposta na transformação deste país e do planeta, transformação essa que se coloca em nosso cotidiano como cidadãos e profissionais, não nos eximindo destes espaços de participação e não reproduzindo discursos que só trazem apatia e desânimo.

*\*Psicóloga (CRP 05/34864) e colaboradora da Comissão de Saúde*

# FSM: novos caminhos para a Psicologia

Um novo mundo é possível? A julgar pela mobilização dos 133 mil participantes de 144 países que compareceram à nona edição do Fórum Social Mundial, em Belém do Pará, entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro, a resposta é afirmativa. Enquanto governantes, empresários e economistas remoíam o fracasso do neoliberalismo no Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), diversos movimentos sociais, entidades civis e militantes dos mais variados lugares do mundo se encontravam no calor equatorial de Belém para debater temas recorrentes, trocar idéias e buscar novas alternativas para velhos problemas.

Tradicionalmente um espaço de oposição ao encontro em Davos, o Fórum Social Mundial projeta-se, hoje, como um grande evento mundial de promoção da reflexão e da democracia como bases para a justiça social e a igualdade entre os povos.

Suas primeiras edições ocorreram em Porto Alegre (RS), entre 2001 e 2003. À medida que o evento conquistava dimensão mundial, atraindo cada vez mais participantes e entidades e consolidando um lugar de destaque na imprensa, os locais escolhidos para sediá-lo foram sendo alternados, incluindo no roteiro Índia, Mali, Quênia e Venezuela. Em 2009, um dos focos era falar sobre a Amazônia, daí a escolha de Belém para sede.

Com tão frutífero espaço para articulação e debate e com a possibilidade de se aproximar mais uma vez dos profissionais psicólogos e também de outras áreas, o CRP-RJ se fez presente no FSM por meio de três comissões (Orientação e Ética, Saúde e Educação), do GT Psicologia e Diversidade Sexual e do Coletivo de Estudantes, que se uniram para desenvolver quatro oficinas.

Na oficina *Quais éticas praticam as práticas psi?*, a Comissão de Orientação e Ética (COE) propôs uma reflexão em torno da Ética como princípio norteador das práticas de produção discursiva dos psicólogos, como os laudos e os pareceres. 67 pessoas estiveram presentes. Segundo Maria Márcia Badaró Bandeira (CRP 05/

2027), conselheira do CRP-RJ e coordenadora da oficina ao lado do colaborador da COE, Marco Aurélio de Rezende (CRP 05/27536), “o foco foi a produção de laudos e pareceres porque é sobre esses instrumentos de avaliação que a COE recebe boa parte de suas denúncias. Também foi feito um debate sobre o sentido da Ética na produção desses laudos. Chamamos, ainda, a atenção para o cuidado que os profissionais precisam ter com o poder que implica aquela escrita, e o que significa falar sobre o outro, carregando seu discurso com preconceitos e estereótipos. Quer dizer, mostrar que a ética não está somente restrita ao nosso Código, que não contempla todas as situações a que somos expostos no nosso cotidiano de trabalho. Ética é uma postura perante a vida”.

Na opinião da conselheira, “o Fórum é uma



experiência única, instigante e potente. A participação dos presentes foi ativíssima; o retorno e a repercussão das nossas discussões foram muito interessantes. Achei interessante também a participação dos estudantes e isso quer dizer que a gente disparou algo novo no sentido da aproximação do Conselho com os estudantes”.

Já a oficina *Mídia e Psicologia* intensificou as reflexões em torno da produção de subjetividade na mídia. Participaram desta oficina mais de 70 pessoas sob coordenação das conselheiras do CRP-RJ Noeli Godoy (CRP 05/24995) e Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929). Essa oficina contou, também, com a participação dos

colaboradores da Comissão de Saúde do CRP-RJ, Tiago Monteiro Pithon (CRP 05/3226) e Helena Fialho (CRP 05/34864).

De acordo com Noeli, a oficina debateu a necessidade de democratização da comunicação. “Analisamos, principalmente, o poder de intervenção da mídia na subjetividade forjando existências”, relata.

Ainda segundo a conselheira, a contribuição da Comissão de Saúde foi “muito rica por ter levado o tema de como a mídia em geral interfere na medicalização da vida, e isso é fundamental porque mostra como no nosso dia-a-dia profissional aparecem essas questões ligadas à subjetividade de nossos pacientes. E esse é um debate no qual temos que articular inclusive Direitos Humanos”.

Thiago chamou atenção, também, para a multiplicidade de países e campos do conhecimento de onde proviham os participantes da oficina, o que, conforme avaliou, foi uma experiência importante para o Conselho. “O Fórum Social Mundial teve uma peculiaridade interessante. O CRP-RJ está acostumado a falar para psicólogos e estudantes de Psicologia, mas nas oficinas do FSM o público era diverso. Havia estudantes de segundo grau, universitários de Geologia, padres, um público bem diversificado e interessante de dialogar. Conseguimos abordar de forma interessante várias temáticas com pessoas das quais estamos nos aproximando e não tínhamos tanto diálogo”.

A terceira oficina trouxe o tema *Psicologia e Homofobia: dez anos da Resolução 001/99*, e foi coordenada pelo presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077). A resolução, que completou dez anos em janeiro, proíbe a patologização ou a discriminação com relação à orientação sexual.

“A oficina foi bastante participativa. Nós colocamos em questão o que era homofobia e o que a resolução do CFP tinha a ver com o enfrentamento a ela e ainda como as pessoas avaliavam a resolu-

ção”, afirmou Pedro, que disse também que a atividade contou com a participação de 47 pessoas, entre psicólogos e pessoas não ligadas à Psicologia, incluindo um seminarista.

Já o Coletivo de Estudantes levou ao FSM uma oficina sobre *Juventude, participação e produção de sujeitos democráticos*, realizada em conjunto com a Comissão de Educação. Cerca de 60 pessoas participaram desta oficina, coordenada pelas conselheiras do CRP-RJ Ana Lúcia Furtado (CRP 05/465) e Francisca de Assis Rocha Alves (CRP 05/18453) – presidente da Comissão de Educação –, pelo estudante Richalls Martins, colaborador do Coletivo de Estudantes, e Mariana de Araújo Fiore (CRP 05/35050), da Comissão de Educação.

Conforme relatou Ana Furtado, a oficina do Coletivo “contextualizou a inserção da juventude nas políticas públicas nos dias de hoje e fez um gancho com a inserção da juventude em outros espaços, como o próprio Conselho”. A conselheira cumprimentou a participação dos estudantes presentes, não apenas os de Psicologia como também os de outras áreas, em geral bastante mobilizados em participarem de conselhos profissionais. Segundo ela, isso denota “um potencial instrumento para dialogar” de modo que essa juventude possa ter o que ela classificou de “inserção útil e produtiva dentro da sociedade”.

“Procuramos levar nossa linha de debates através da ideia de formação permanente, continuada. E enfatizamos uma outra ideia não muito comum ainda na universidade, a formação ético-política, que ensine ao estudante não apenas técnicas, conteúdos e táticas profissionais, mas que principalmente o estimule a refletir sobre o que ele pode fazer para que seu compromisso social possa ser garantido”, acrescenta Ana Furtado.

Francisca, por sua vez, assinala que a participação da Comissão de Educação na oficina se caracterizou pela “ênfase na política – defendida pelo CRP-RJ – que se refere à interdici-

plinaridade entre Psicologia e Educação, sempre tendo como ponto de referência os Direitos Humanos”. Ela sublinha, ainda, a importância dos contatos que foram estabelecidos pelas oficinas do Conselho ao longo do FSM. “Estabelecemos contatos com diversos participantes interessados e com muitas entidades. Foi muito positivo. Esses contatos são importantes por trazerem uma vivência política”.

### As impressões deixadas

“Saímos do FSM com um saldo extremamente positivo”, conclui Márcia Badaró, para quem o ponto alto da participação do CRP-RJ foi a “ideia de unidade e interação que as qua-



tro oficinas apresentaram”. Conforme destaca, “as pessoas saíam das oficinas percebendo um discurso comum entre nós, um posicionamento político e ético. Quer dizer, nossa participação foi importante porque demos visibilidade às ações do Conselho. O comentário geral das pessoas foi o reconhecimento da relevância dos temas propostos e que estávamos à frente no debate de muitas questões importantes”.

Já Francisca grifa a participação ampla dos estudantes nas discussões propostas como um dos pontos altos das atividades do CRP-RJ. “Muitos estudantes de outros estados do país consideraram extremamente relevante essa posição do Conselho de estender a discussão na direção dos estudantes no sentido de fomentar, ainda na formação, uma consciência política crítica da profissão”.

Thiago Pithon também saúda o grande envolvimento dos estudantes de Psicologia nos

debates. “A participação de estudantes de Psicologia foi muito grande. Vi estudantes que participaram de todas as oficinas; eles falavam muito da formação, que sentiam falta daquelas discussões propostas pelo CRP-RJ na graduação”. Outro ponto observado por ele também foi o fato de o CRP-RJ

ter sido um dos conselhos que mais propôs atividades e mais mobilizou participantes. “Vi representantes de vários outros conselhos, mas, em termos de debate, ocupamos mais espaço”.

Já de acordo com a avaliação de Ana Furtado, “nossos objetivos foram atingidos e todas as oficinas tiveram um quantitativo expressivo – em média 60 pessoas – com uma linha de ação voltada para os Direitos Humanos”. Ela diz ainda

que a pretensão do CRP-RJ ao apresentar oficinas no FSM era justamente “não dar respostas fechadas e convergentes e permitir que as questões levantadas possam, de fato, desencadear outros des-

dobramentos nas pessoas – e que elas possam ir para seus espaços de trabalho e reflexão levando consigo essas mesmas questões para que se amplie o debate. É isso que pretendemos: trabalhar multiplicando debate e propostas de ação”.



# Prestação de contas de 2008

De acordo com o princípio da transparência na gestão, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro apresenta o Demonstrativo de Resultados de 2008, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro:

<b>Receitas</b>	
Receitas de Contribuição	4.574.393
Receitas de Contribuições de anos anteriores	1.116.995
Receitas Patrimoniais	478.176
Receitas de Serviços	97.624
Outras Receitas	286.748
<b>Total das Receitas Brutas</b>	<b>6.553.936</b>
<b>Transferências (-)</b>	
Conselho Federal de Psicologia	1.555.109
<b>Total das Receitas Líquidas</b>	<b>4.998.827</b>
<b>Despesas (-)</b>	
Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	2.463.106
Materiais de Consumo	36.806
Energia elétrica, Telefonia, Postagem e Água	383.467
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	40.051
Impressão Gráfica	153.392
Transporte e Hospedagem	109.515
Congressos, Fóruns e Eventos	112.012
Serviços de Assessoria	178.259
Terceirização	462.499
Seguros, Condomínio e Locação	27.361
Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	115.756
<b>Total das Despesas de Operações</b>	<b>4.082.224</b>
<b>Investimentos (-)</b>	
Programas de Informática	0
Máquinas, Motores e Equipamentos	1.804
Mobiliário em Geral	6.620
Equipamentos de Informática	0
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>8.424</b>
<b>Superávit Financeiro do período</b>	<b>908.179</b>

**Roner Tavares**  
Contador (CRC/RJ-097613/O-8)

**Marília Alvares Lessa**  
Conselheira-Tesoureira (CRP 05/1773)

*Esta demonstração de resultados é uma adaptação do Balanço Financeiro exigido pela Lei 4.320/64 e suas atualizações, e foi encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia, onde fica à disposição do Tribunal de Contas da União (TCU).*

## CRP-RJ recebe novos funcionários

Em fevereiro de 2009, o CRP-RJ recebeu 13 novos funcionários que comporão seu quadro, incluindo agentes administrativos, dois técnicos contábeis, um técnico de informática, uma psicóloga e uma programadora visual. A psicóloga e um dos agentes administrativos trabalharão na nova subsele, em Campos. Os demais funcionários foram lotados na sede, no Rio.

Esses profissionais foram aprovados no concurso público realizado em 2008, pelo CEPUERJ.



A lista com os aprovados foi publicada no Diário Oficial da União em 12 de novembro de 2008.

## GT Psicologia do Esporte

O Grupo de Trabalho Psicologia do Esporte foi criado pelo CRP-RJ em 2008 e vem se reunindo desde outubro. Neste primeiro momento, são feitos levantamentos nos clubes, federações e secretarias de esporte e lazer, com o intuito de identificar onde os psicólogos estão inseridos e onde é necessário conquistar espaço.

O GT também busca uma aproximação com as universidades e professores que ministram a disciplina Psicologia do Esporte, a fim de ampliar as discussões sobre o tema.

A intenção principal do GT nesta fase do trabalho é mapear e ouvir os psicólogos que atuam na área, estabelecendo diversos contatos. Com esse intuito, foi realizado, no início de março, um encontro para promover a troca de experiências entre os psicólogos, conhecer suas formas de atuação e levantar suas demandas com relação ao Grupo de Trabalho.

Interessados em trocar experiências com o GT podem escrever para [gtesporte@crprj.org.br](mailto:gtesporte@crprj.org.br).

## Colegiado dos Conselhos Profissionais

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro participa desde 2001 do Colegiado dos Conselhos Profissionais. Este Colegiado é composto por todos os conselhos profissionais do estado do Rio de Janeiro e se reúne uma vez por mês para discutir pontos de interesse comum.

Sua sede, que atualmente é no Conselho Regional de Nutrição, já funcionou nos conselhos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Psicologia e Fonoaudiologia.

No mês de janeiro, recebemos o vereador Carlos Eduardo, presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal do Rio, para discutir seu Projeto de Lei no qual sugere a inclusão de alguns profissionais de saúde – como nutricionistas, psicólogos e fisioterapeutas – para compor a equipe permanente da Estratégia de Saúde da Família.

No mês de fevereiro, foi discutido o acompanhamento de concursos públicos pelos diversos conselhos profissionais para pensarmos em estratégias comuns de ação.



# Carta aberta da Cotec aos psicólogos

Ao assumirmos os trabalhos junto à Coordenadoria Técnica (Cotec), firmamos um compromisso de torná-la referência à categoria dos psicólogos e, internamente, potencializar os trabalhos das inúmeras comissões existentes no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, já que, enquanto setor, nossa existência pressupõe assessorar as comissões.

Desde 2008, abrimos frentes de trabalhos que assegurassem um espaço mais democrático e menos burocrático, tornando-se necessário descentralizar as atividades do setor e, consequentemente, ampliar as possibilidades de intervenção e melhor qualificar nossas discussões.

Uma das atividades fortemente reconhecidas pela categoria e que hoje já lidera a quantidade de acessos em nosso site ([www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br)) são as informações por nós prestadas sobre concursos públicos.

A Constituição do Estado, em seu artigo 8º, assegura a participação dos conselhos profissionais desde a elaboração do edital até a convoca-

ção dos concursados. Aos poucos e com muitos tropeços, conseguimos formalizar um entendimento legal e prático sobre esse fazer. Legislações discutidas, reuniões agendadas, divergências mil, dúvidas, ações e consequências – processo muitas vezes cansativo, mas necessário.

Nessa jornada, potencializamos a procura por parte dos psicólogos que há muito tempo não se via, provocando, em muitos casos, conflitos de interesse dado o acúmulo de carência de representatividade. Pretendemos reverter a lógica que cerca nossa sociedade – que aprendeu a ser tutelada por aqueles que estão no lugar de representantes legais – e unir esforços e – porque não? – forças para uma atuação conjunta com a categoria.

Contudo, agradecemos a todos por potencializar nossas discussões e proporcionar o amadurecimento de como devemos e queremos agir. É certo que, enquanto Conselho, precisamos melhor articular com as instituições a observação quanto à legalidade de manutenção de *funcionários públicos nos espaços pú-*

*blicos*, pois é isso que preconiza nossa Constituição Federal, que deve ser respeitada e defendida junto à sociedade.

É certo também que precisamos construir um projeto político de maior participação da categoria, efetivando, por exemplo, nossa presença nos conselhos de controle social – espaço legítimo e democrático que se propõe a definir as políticas públicas de nossa federação, estado e municípios, podendo assegurar projetos qualitativos de gestão, ampliação de profissionais psicólogos e o reconhecimento da Psicologia nos espaços de trabalho e toda sua potencialidade de afirmação da vida.

Conseguimos feitos pouco divulgados, é certo. Editais modificados, inclusão da Psicologia em concursos importantes e financeiramente vantajosos, convites antecipados para a participação de minutas de concursos; ganhos pouco compartilhados, mas efetivos.

Acompanhe o site [www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br) para mais informações sobre o tema.

## 2009: Ano da Psicoterapia

Atenção, psicólogos! 2009 será o Ano da Psicoterapia para o Sistema Conselhos de Psicologia. Em função disto, o CRP-RJ – através de uma comissão organizadora, representada por conselheiros e psicólogos que manifestaram interesse em participar – organizará oito encontros regionais de abril a julho. Os eventos ocorrerão nas cidades do interior e na capital.

As discussões se darão a partir de três eixos: “A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar”, “Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos” e “Relação com os demais grupos profissionais”.

A participação dos psicólogos nos eventos é fundamental para ampliar o debate sobre o tema. Fiquem atentos ao site [www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br) para mais informações.

## II Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira

O CRP-RJ abriu inscrições para a segunda edição do Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira – Experiências em Psicologia e Políticas Públicas. O concurso receberá artigos de psicólogos e estudantes de Psicologia que abordem a prática psicológica relacionada às políticas públicas.

Os trabalhos devem pausar a prática *psi* e suas implicações com as políticas públicas, bem como apontar ações de coletivos como espaço de produção de vida, de construção e garantia do direito à cidadania.

Os artigos podem ser entregues na sede do CRP-RJ ou enviados pelos Correios até o dia 20 de maio de 2009.

O concurso é dividido em duas categorias – psicólogo e estudante – e contempla os três



primeiros colocados de cada uma com uma premiação em dinheiro. Além disso, os seis primeiros trabalhos são publicados pelo CRP-RJ.

Os valores da premiação são:

### **Categoria Psicólogo:**

- 1º lugar: R\$2.500,00
- 2º lugar: R\$2.000,00
- 3º lugar: R\$1.500,00

### **Categoria Estudante:**

- 1º lugar: R\$1.500,00
- 2º lugar: R\$1.200,00
- 3º lugar: R\$1.000,00

O edital e outras informações sobre o Prêmio estão disponíveis no *site* do CRP-RJ: [www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br).

# “Estamos rompendo o silêncio em torno do racismo”

Poucos sabem ou lembram, mas 21 de março é um dia emblemático para aqueles que lutam e anseiam pelo fim das discriminações raciais. É essa a data que a ONU escolheu para, simbolicamente, ser o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Foi nesse dia que, em 1960, 20 mil negros se reuniram em Johannesburgo, África do Sul, para protestar contra a Lei do Passe, que os obrigava a portar cartões de identificação com especificações dos locais onde poderiam ou não circular.

Apesar de a manifestação ter sido pacífica, houve violenta reação do Exército que, atirando sobre a multidão, matou 69 pessoas e feriu outras 186. Conhecido como Massacre de Shaperville – em alusão ao bairro onde ocorreu – o episódio, até hoje lembrado com gosto amargo pelos militantes do mundo inteiro, tornou-se o estandarte de uma luta que vem se desenhando há pelo menos cinco décadas.

Para fixar datas, pode-se dizer que as mobilizações em prol do fim da discriminação racial ganharam visibilidade por volta da década de 60 do século passado. Foi mais ou menos por aí que movimentos civis norte-americanos, encorajados pelas palavras de esperança de Martin Luther King, intensificaram a pressão pelo fim da segregação racial que dividia estados do sul dos EUA. De lá para cá, o movimento negro ganhou mais força e espaço na agenda de debates, respaldado pelo fim do *apartheid* na África do Sul (1994) e por uma série de outras conquistas – ainda que tímidas – obtidas no plano socioeconômico.

Porém, infelizmente, não é esse o caso do Brasil. Com uma população negra de cerca de 80 milhões de pessoas, o país tem uma dívida histórica com esse grupo, que não foi quitada com a abolição, em 1888. Muito pelo contrário, à libertação dos escravos não se seguiu uma política séria de inclusão sócio-econômica na sociedade, que, por sua vez, até hoje finge não haver discriminação racial no país e silencia sobre o tema. É o que sustenta a conselheira do CRP-RJ

Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), segundo a qual a sociedade brasileira peca ao negar a existência do racismo, eclipsando-o por trás de um discurso de afirmação da heterogeneidade e da harmonia como princípios pretensamente inerentes à composição social do país.

Nas palavras da conselheira, é preciso pesar o modo como racismo é abordado no país e também como se dá a intervenção dos psicólogos e da Psicologia nesse debate. “A Psicologia tem um compromisso de transformação da sociedade”, frisa ela, lembrando também que o comprometimento social é uma das bandeiras da atual gestão do CRP-RJ e deve estar presente nas práticas cotidianas de todos os psicólogos.

***“E a Psicologia tem um compromisso – que a atual gestão do CRP-RJ faz questão de frisar – de transformação da sociedade. Esse compromisso é da gestão, é da Psicologia, é nosso e deve ser de todos os psicólogos.”***

**Maria da Conceição**

Foi, portanto, lançando mão de dois princípios que considera essenciais para a Psicologia – Direitos Humanos e compromisso social – que o CRP-RJ aprovou, no final de 2008, a criação do Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais, coordenado por Conceição. Dele, também fazem parte os psicólogos Andréa Moreira Chagas (CRP 05/2691), Andres Cardoso Tibúrcio (CRP 05/17427), Celso Moraes Vergne (CRP 05/27753) e Mariana Tavares Ferreira (CRP 05/27191).

Em conversa com Jornal do CRP-RJ, Conceição, Celso e Andres explicam os motivos que levaram à criação de GT e exortam os profissionais a participarem nas discussões: “A categoria tem que entrar nesse debate”.

Acompanhe abaixo os principais trechos dessa entrevista.

**O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo, mas, apesar disso, o racismo ainda é tratado com muitos tabus pela sociedade. Como vocês acreditam ser possível reverter esse quadro?**

**Celso:** Uma ação só não tem como intervir em uma situação histórica de não discussão do tema. O Brasil teve essa questão muito mal resolvida depois da abolição, que acabou mantendo um sistema de segregação sócio-econômica que está começando a ser discutido agora, mas por grupos específicos da sociedade. Na verdade, parece existir uma rejeição ao debate porque ele simplesmente não é colocado como um problema existente. E quando se discute racismo no Brasil, acaba-se chegando ao lugar-comum de que as coisas estão mudando, pois vivemos em um país democrático, mestiço, quando sabemos que isso não é totalmente verdade.

**Conceição:** Uma questão importante a ser avaliada é como o racismo e a discussão em torno dele são tratados pela sociedade. E, no Brasil, existe negação e silenciamento. Nós passamos por um momento em que estamos conseguindo romper com o silêncio. Mas sabemos que esse é um trabalho árduo, contínuo.

**Em 21 de março, é comemorado o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. É fato que ainda há muito por fazer, mas, depois de eliminar as resistências iniciais ao debate, qual deve ser o próximo passo?**

**Celso:** Eu acho que, no que diz respeito especificamente ao profissional psicólogo, é fundamental essa questão se tornar parte integrante das instituições de formação. Isso não resolve, mas é um passo importante. Hoje, você vê algumas pessoas discutindo isso dentro da Psicologia, mas está quase ausente dos currículos de formação o núcleo dessa discussão.

**Conceição:** Só para exemplificar, eu acredito que a eleição de Barack Obama, presidente dos EUA, não deixa de ser algo simbolicamente relevante, pois representa um negro ocupando um espaço que historicamente lhe é negado. E isso é, de certa forma, reverberativo. Mas, mais uma vez eu destaco, é importante continuar nosso trabalho. É preciso ampliar o debate.

## E como a Psicologia pode contribuir para esse debate?

**Conceição:** Esse tema vem finalmente ganhando mais espaço na agenda de debates. Nós, por exemplo, conseguimos, em 2008, um espaço dentro do CRP-RJ para criar um GT que discuta o racismo no Brasil e esse foi um passo importantíssimo. E isso quer dizer que nós estamos conquistando um lugar. Não foi fácil chegar até aqui.

**Andres:** Outro ponto é pensar como a Psicologia tem contribuído para a marginalização da juventude “negra, pobre e favelada”. O que nós estamos produzindo de vida e saúde para essa juventude? Isso envolve diretamente a Psicologia. Será que nós, psicólogos, quando trabalhamos com esses jovens, estamos de fato incentivando, encorajando e valorizando uma juventude criativa, inovadora?

**Conceição:** É evidente ser importante repensar a atuação dos psicólogos nesses trabalhos comunitários e assistencialistas que dão toda uma ênfase ao esporte, ao balé, à dança, ao futebol etc., e alegam, com isso, terem desviado esses jovens da marginalidade, como se para eles não houvesse outro caminho. É como se dissessem: “ou você joga futebol, ou você vira traficante”. Eu não estou demonizando esse tipo de iniciativa, mas critico o modo como esses projetos são supervalorizados, como se fossem a única alternativa possível. Essa é uma fala que reforça um lugar, uma posição periférica e de impotência dentro da sociedade, e naturaliza uma suposta propensão dessa juventude ao crime.

## E quanto à categoria, como vocês acreditam que ela pode contribuir?

**Conceição:** Bom, em primeiro lugar, a categoria tem que entrar nesse debate! E a Psicologia tem que aprender a se perguntar e a estranhar. Na universidade onde estudei, esse tema simplesmente não existia nas discussões. Até se falava do negro, mas nunca do racismo. Ele já se tornou instituído, de certa forma.

**Celso:** A categoria precisa começar a pensar no debate e, talvez, a maior contribuição da Psicologia seja não atrapalhar. Quando essa ques-

tão não aparece dentro dos lugares de atuação da Psicologia, eu, psicólogo, estou contribuindo para que esse tema seja silenciado. Essa questão é delicada porque parar para refletir sobre isso é também ver o que as próprias práticas de cada profissional psi têm colaborado para a criminalização, para a repulsa e o preconceito, para a naturalização dos lugares sociais. Isso tudo precisa ser revisto.

**Andres:** Uma das questões cruciais de quando se pensa em direitos é falar de acessos. E ninguém fala em garantir o acesso da população negra a outros espaços. Ninguém quer discutir isso, porque já está naturalizado. É como se a sociedade burguesa, de um modo geral, legitimasse seus preconceitos. Não se questiona a ocupação



dos espaços pelos negros na sociedade. Ninguém é chamado para um debate mais profundo porque discutir a questão racial significa admitir que exista uma sociedade que se proclama maravilhosamente igualitária, mas que, na realidade, trata as pessoas de forma totalmente desigual.

## O que levou o CRP-RJ a tomar essa iniciativa de abrir um espaço para discutir o tema? Quais metas foram traçadas pelo GT de Relações Raciais?

**Conceição:** O Sistema Conselhos, no último Congresso Nacional de Psicologia, reafirmou o compromisso de enfrentamento ao racismo. Mas, como eu disse, há muitas resistências. “Para que discutir isso dentro do Conselho de Psicologia se o Brasil é um país em harmonia?”. Aí eu pergunto: que harmonia é essa onde prevalecem realidades tão desiguais? Basta olhar para a ocupação dos espaços para ver uma realidade que pré-determina quem pode ocupá-los e quem não pode nem chegar perto deles. Portanto, uma demonstração de que essa sociedade é racista. E a Psicologia tem um compromisso – que a atual gestão do CRP-RJ faz questão de frisar – de transformação da sociedade. Esse compromisso é da gestão, é da Psicologia, é nosso e deve ser de todos os psicólogos. E é preciso saber que sociedade é essa a que nos dirigimos e com a qual temos um compromisso. E criar esse GT tem a ver com isso: fazer com que o debate saia do papel e atinja essas pessoas, mas, para isso, temos que conhecê-las e fazer com que a discussão que estamos propondo faça realmente parte do nosso “fazer Psicologia”. Se o debate é algo que incomoda, então estamos aqui para provocar esse incômodo.

## Vocês já têm alguma pauta para debater em 2009?

**Conceição:** Estamos construindo. Nosso primeiro passo é preparar um encontro regional para sentir como a categoria e a sociedade lidam com o tema. Existe também uma mobilização nacional, envolvendo diversas entidades engajadas nessa luta e com o apoio do CRP-RJ, que está articulando um evento nacional de debates. E nós já estamos articulando e pensando também uma agenda de eventos aqui para o Rio. Como, até agora, dentro do Sistema Conselhos, só dois Regionais têm um GT que trata de relações raciais – o do Rio e o da Bahia/Sergipe –, isso significa que a Psicologia ainda tem muito a caminhar. Uma de nossas ambições, inclusive, é pleitear a criação de um GT Nacional. É muito significativo o fato de, em quase 40 anos de Psicologia no Brasil, tomando como marco a criação do Sistema Conselhos, só agora conseguirmos dedicar uma agenda de debates ao racismo.

# CRP-RJ dá andamento a mudança de sede

O CRP-RJ abriu, recentemente, um processo licitatório para venda da sede atual, na Tijuca (foto), e da antiga, em Botafogo. A venda desses imóveis e a compra de um novo fazem parte da proposta de mudança de sede do Conselho, aprovada pela categoria em Assembleia Extraordinária, em novembro de 2008.

Nesse projeto, o CRP-RJ levou em consideração principalmente o fato de que, além de não apresentar condições de acessibilidade a portadores de necessidades especiais, as estruturas da atual sede não suportariam reformas para garantir tais condições. Essas constatações estão presentes no parecer técnico elaborado pelo arquiteto Paulo Roberto de Freitas sobre as condições estruturais dos imóveis da Tijuca e de Botafogo.

Ainda de acordo com o parecer, as instalações físicas do edifício da Tijuca apresentam-se em condições de insalubridade e não contemplam o crescimento significativo observado nas atividades do Conselho nos últimos anos. Quanto ao imóvel de Botafogo, o documento aponta, entre outros problemas que comprometem sua estrutura, a impossibilidade de adaptá-lo a condições necessárias de acessibilidade por ele ser preservado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(IPHAN), o que significa que não pode sofrer modificações em sua fachada.

Com o objetivo de dar prosseguimento aos trâmites que envolvem a compra e a venda dos imóveis em questão, o CRP-RJ organizou uma comissão especial para cuidar exclusivamente

que permita acompanhar o crescimento do Conselho. O imóvel deve contemplar a possibilidade de reforma; ter acessibilidade conforme os padrões legais da lei em vigor; ter, aproximadamente, 1.850 metros quadrados de área construída; e estar próxima a uma estação de metrô, pontos de ônibus e estacionamentos”.

Segundo Vivian, a meta da comissão é comprar o novo imóvel até julho deste ano e está sendo priorizado todo o entorno central da cidade, abrangendo o raio que se estende da Praça Tiradentes até o Catete, e contemplando uma área que, de acordo com a conselheira, é de melhor acesso a toda a categoria de uma forma geral. Ela destacou ainda que a nova sede precisa estar localizada em uma área relativamente segura, “em boas condições de iluminação e com grande fluxo de pessoas ao longo do dia, visto que grande parte das reuniões e dos eventos que ocorrem no

CRP-RJ se dão na parte da noite”.

Já Lindomar lembra a necessidade de a nova sede abrigar uma infra-estrutura de fácil acesso a pessoas com necessidades especiais e também ter um espaço disponível para a criação de um centro de memória da Psicologia, com uma biblioteca que possa atender a psicólogos e estudantes de Psicologia.



dessa tarefa. O grupo é composto pelos conselheiros Lindomar Expedito Silva Darós (CRP 05/20112), Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077) e Vivian de Almeida Fraga (CRP 05/30376), além dos funcionários Roner Tavares, Flávia Alessandra de Freitas e Mauro Vital.

Citando trechos desse parecer, Mauro ressaltou que a nova sede precisa “abrigar uma área

- MUDOU-SE
- DESCONHECIDO
- RECUSADO
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
- PORTEIRO OU SÍNDICO
- FALECIDO
- AUSENTE
- NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO  
POSTAL EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
CARTEIRO



Impresso  
Especial

9912174124/2007-DR/RJ  
**CRP - 5ª REGIÃO**

...CORREIOS...

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO**  
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA  
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280

**IMPRESSO**